

## 9 DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA (DSI)

### Ementa:

- Conceitos fundamentais.
- Visão histórica da DSI: de Leão XIII a João Paulo II.
- Os grandes princípios da DSI: dignidade da pessoa, primazia do bem comum, destinação universal dos bens, subsidiariedade, solidariedade.
- A ética da solidariedade na América Latina.
- Ética e política.

---

ok

### DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: HISTÓRIA E DESAFIOS

#### Introdução

A expressão *Doutrina Social da Igreja (DSI)* designa o conjunto de escritos e mensagens - cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos, declarações - que compõem o pensamento do magistério católico a respeito da chamada “questão social”. Mas não basta conhecer os documentos reunidos sob essa denominação. O estudo da DSI coloca-nos diante de uma tarefa bem mais exigente em suas implicações e desafios. Trata-se, no fundo, de recriar para os dias atuais, a dimensão sócio-política da Boa Nova de Jesus Cristo.

Um rápido olhar sobre dois textos bíblicos pode nos dar uma idéia do que significa retomar o estudo da DSI. O primeiro é do evangelista Lucas: Jesus encontra-se recolhido num lugar à parte e, sob a insistência dos discípulos, ensina o *Pai-nosso (Lc 11,1-4)*. No segundo texto, o evangelista Mateus faz um breve resumo das atividades de Jesus (*Mt 9,35-38*). No primeiro caso, Jesus está na montanha em oração; no segundo, Jesus “percorre as cidades e aldeias”, compadecendo-se das multidões “cansadas e abatidas”.

Ou seja, na prática de Jesus *montanha e rua* não se excluem, mas se complementam, se interpelam e se enriquecem mutuamente. Quanto mais Jesus aprofunda sua intimidade com o Pai, na montanha, mais se desdobra no compromisso com os pobres, pelas ruas. A montanha exige a rua e a rua exige a montanha. Oração e ação social constituem duas dimensões indissociáveis de uma mesma prática.

Tudo isso ficará ainda mais evidente em episódios como o Bom Samaritano (*Lc 10,25-37*), a narração do Juízo Final (*Mt 25,31-46*) ou os retratos das primeiras comunidades cristãs (*At 2,42-47; 4,32-37*). Se, por um lado, a mensagem do Evangelho tem como centralidade inquestionável a preocupação com o Reino de Deus, por outro, no coração do Reino encontram-se os pobres com prediletos de Deus.

**O que é Doutrina Social da Igreja?**

Para uma definição mais precisa da DSI, comecemos por resgatar dois textos que se tornarão referências básicas para a tarefa de estabelecer os contornos da doutrina social do magistério católico. Ambos os textos serão como que um mapa, por onde iniciaremos nossa reflexão. O primeiro texto refere-se a um documento publicado em dezembro de 1998 pela Congregação para a Educação Católica, com o título *Orientações para o estudo e o ensino da Doutrina Social da Igreja na formação dos sacerdotes*.

Ao discorrer sobre os elementos constitutivos da DSI, o documento assim a define: “O ensinamento origina-se do encontro da mensagem evangélica, e de suas exigências éticas, com os problemas que surgem na vida da sociedade. As questões que daí emergem passam a ser matéria para a reflexão moral que amadurece na Igreja por meio da pesquisa científica, e inclusive mediante a experiência da comunidade cristã”. “Esta doutrina - continua o texto - projeta-se sobre os aspectos éticos da vida, sem descuidar dos aspectos técnicos do problema, para julgá-los com critério moral. Baseando-se em ‘princípios sempre válidos’, leva consigo ‘julgamentos contingentes, já que se desenvolve em função das circunstâncias dinâmicas da história e se orienta essencialmente para a “ação ou práxis cristã”.

Um olhar atento a essa definição da DSI permitirá desdobrar seus elementos constitutivos, como faz Ildefonso Camacho<sup>1</sup>. Quatro componentes se destacam: a) exigências éticas derivadas da dimensão social do Evangelho; b) imperativos da realidade sócio-econômica e político-cultural do mundo em que vivemos; c) reflexão moral que confronta a mensagem evangélica com a situação histórica; e d) ação ou práxis sócio-transformadora. Evidente que estes quatro elementos agem em constante interação e procuram adaptar-se aos mais diferentes contextos históricos, como veremos.

O segundo documento em que vamos nos apoiar para identificar o que vem a ser a DSI nos remete ao enfoque da doutrina social a partir do Vaticano II. Paradoxalmente, o texto onde vamos encontrar tal enfoque de forma mais elaborada e contundente não pertence aos documentos do concílio. Trata-se do documento sobre *A Justiça no Mundo*, resultado do Sínodo de 1971. Vale a pena determo-nos um pouco mais nesta síntese sinodal, reproduzindo aqui trechos de sua longa introdução:

***“Ao prescrutarmos os ‘sinais dos tempos’ e ao procurarmos descobrir o sentido do curso da história, e compartilhando ao mesmo tempo as aspirações e as interrogações de todos os homens desejosos de construir um mundo mais humano, queremos escutar a Palavra de Deus, para nos convertermos para a atuação do plano divino acerca da salvação no mundo (JM, nº 2).***

***“Ao ouvirmos o clamor daqueles que sofrem violência e se vêem oprimidos pelos sistemas e mecanismos injustos, bem como a interpelação de um mundo que, com a sua perversidade, contradiz os desígnios do Criador, chegamos à unanimidade de consciência sobre a vocação da Igreja para estar***

---

<sup>1</sup> CAMACHO, Ildefonso. Doutrina Social da Igreja – Abordagem histórica, Edições Loyola, São Paulo/SP, 1995.

*presente no coração do mundo e pregar a Boa Nova aos pobres, a libertação aos oprimidos e a alegria aos aflitos. A esperança e o impulso que animam profundamente o mundo não são alheios ao dinamismo do Evangelho que, pela virtude do Espírito Santo, liberta os homens do pecado pessoal e das consequências do mesmo na vida social” (JM, nº 5).*

*“A ação pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer da missão da Igreja, em prol da redenção e da libertação do gênero humano de todas as situações opressivas (JM, nº 6)<sup>2</sup>.*

O último parágrafo citado, no dizer de Camacho, “constitui uma espécie de coluna vertebral de todo o documento”<sup>3</sup>. De fato, por *dimensão constitutiva* entende-se que a ação sócio-transformadora é parte inerente do Evangelho. Não se trata, portanto, de mero desdobramento da fé cristã e menos ainda de simples apêndice de uma vida segundo o Evangelho. Nada disso! A ação social é elemento integrante da mensagem evangélica, Numa palavra, não haverá verdadeira evangelização sem um correspondente compromisso de ordem social e política.

Na história do magistério da Igreja é certamente uma das expressões que melhor estabelecem o vínculo indissolúvel entre a justiça social e a evangelização. Não há como escapar: o seguimento de Jesus Cristo, para ser genuíno e autêntico, exige participação ativa no trabalho de transformação da sociedade. Esta ação, convém insistir, não é uma *excrecência da doutrina* - como lembra Henri Bazire - mas parte essencial dos dogmas da tradição católica.

Convém voltar ainda ao mesmo documento para dar-nos conta da força e da novidade desta perspectiva na história da Igreja. Diz o texto que “a situação atual do mundo, vista à luz da fé, faz-nos um apelo no sentido de um retorno ao núcleo mesmo da mensagem cristã, que cria em nós a consciência profunda do seu verdadeiro sentido e das suas urgentes exigências” (JM, nº 35). Ou seja, retornar ao *núcleo* da mensagem cristã é, antes de mais nada, resgatar sua dimensão social. Sem esta o próprio Evangelho perde seu fermento mais fecundo, mais vital e mais eficaz.

De resto, o Vaticano II, como fonte de elementos da DSI, transpira em todos os seus documentos essa nova sensibilidade diante das reais condições do gênero humano. É fácil perceber isso na frase de abertura da *Gaudium et Spes*, a qual reflete e sintetiza o espírito de todo o concílio: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração”<sup>4</sup>.

Em síntese, a DSI procura atualizar a dimensão social do Evangelho para os distintos

---

<sup>2</sup> *A Justiça no Mundo*, Documentos Pontifícios, nº 184, Sínodo dos Bispos de 1971. Editora Vozes, Petrópolis/RJ, 1972 (grifos nossos).

<sup>3</sup> Idem, *ibid*

<sup>4</sup> *Gaudium et Spes*, Proêmio, número 1.

contextos da vida cotidiana, levando sempre em conta que “o gênero humano encontra-se em uma fase nova de sua história, na qual mudanças profundas e rápidas estendem-se progressivamente ao universo inteiro”<sup>5</sup>. Em poucas palavras, é o Evangelho tornado vivo e atual nos diferentes desafios da realidade social, política, econômica e cultural. Inspirado pelo Espírito Santo, o magistério da Igreja procura interpretar a mensagem evangélica diante das situações mais diversas. Assim nasce uma palavra, uma reflexão, um ensinamento, uma *doutrina* de caráter social - isto é, escrita para iluminar os problemas relacionados à condição social do gênero humano e conduzir as pessoas à busca de soluções. Resumindo, é a atualização da Palavra de Deus para os dias de hoje, traduzida na sensibilidade e na solicitude da Igreja para com aquelas situações onde a vida encontra-se mais ameaçada.

### **Quando e em que contexto nasceu a DSI?**

O documento inaugural daquilo que se convencionou denominar Doutrina Social da Igreja é a encíclica *Rerum Novarum*, do papa Leão XIII, publicada a 15 de maio de 1891. De fato, é a primeira vez que um documento do magistério católico dedica-se integralmente à chamada “questão social”. No decorrer do texto, o papa propõe-se abordar a “condição dos operários”.

Isto não quer dizer que os problemas sociais estivessem ausentes das publicações anteriores na história da Igreja. São inúmeras as referências à situação real e concreta dos pobres desde os primeiros séculos do cristianismo e da tradição católica, conforme iremos constatar mais à frente. O próprio Leão XIII, na introdução da *Rerum Novarum*, refere-se à abordagem do tema em encíclicas precedentes sobre soberania política, liberdade humana e constituição cristã dos Estados, publicadas respectivamente nos anos de 1831, 1885 e 1888. Mas, enquanto anteriormente essas questões apareciam de forma secundária, à margem de outros assuntos de maior relevância, agora o papa faz da condição social dos operários o tema central de sua carta.

De cara, nota-se aqui uma mudança de enfoque ou de perspectiva: a Igreja, na pessoa do papa, deixa em segundo plano os assuntos internos e volta-se para os problemas que afligem os trabalhadores da época. O olhar da Igreja dirige-se ao mundo exterior, identificando nele os principais desafios sociais à fé cristã e buscando alternativas às contradições da sociedade em que vive.

O contexto da *Rerum Novarum* é uma sociedade profundamente transformada pela Revolução Industrial. Uma sociedade formada de pessoas que vivem na alma e no corpo os efeitos de um salto gigantesco em termos científico-tecnológicos. A revolução industrial trouxe avanços inegáveis, especialmente através da imensa capacidade de produção através da máquina. Na verdade, representou uma revolução em quatro dimensões: uma de *ordem socioeconômica*, com surgimento e consolidação da indústria; outra de *ordem política*, através do fortalecimento dos Estados-nação a partir da Revolução Francesa; outra, ainda, de *ordem científica*, que se afirma pelo aprofundamento e sistematização do conhecimento e do método experimental; outra,

---

<sup>5</sup> idem, número 4.

enfim, de *ordem filosófica*, fundada no pensamento da razão ilustrada e na emergência da subjetividade.

Mas esse conjunto de transformações trouxe também efeitos negativos. Se é verdade que o poder das máquinas multiplicou em muito a capacidade de produzir bens, alimentos e equipamentos, também é verdade que os benefícios de semelhante progresso não foram equitativamente distribuídos. Os “tempos modernos” ou a “era da máquina” vieram acompanhados, simultaneamente, de um enorme potencial produtivo e de uma crescente desigualdade social.

A indústria nasce sob o domínio do sistema capitalista de produção e sob a orientação da filosofia liberal. O lucro é o motor da economia. No mesmo campo, como forças desiguais, patrões e operários lutam por seus interesses. Uns detêm o capital e os meios de produção, outros apenas a força de trabalho. Em tais condições assimétricas, instala-se a lei do mais forte. Na verdade, o liberalismo econômico é um jogo de cartas marcadas, onde os mais fortes vão devorando os mais fracos, numa espécie de darwinismo social.

Em tais condições, a realidade apresenta-se sob um duplo aspecto: por um lado, as fábricas crescem, multiplicam-se por toda parte; a revolução, que tem seu epicentro na Inglaterra, chega rapidamente ao continente europeu e não demorará em cruzar o atlântico com suas chaminés e parques gigantescos. Por outro lado, os trabalhadores, primeiramente expropriados de suas terras, vêm-se depois submetidos a condições de trabalho e de vida extremamente precárias e desumanas. A riqueza de poucos é a contraface da pobreza de muitos.

### **Caráter aberto e dinâmico da DSI**

Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a DSI não é um conjunto de “verdades” definitivamente acabadas, a serem transmitidas à posteridade. Mais do que um museu a ser visitado em suas antiguidades raras, trata-se de um tesouro a ser permanentemente enriquecido. Seu conteúdo e seus métodos evoluem com os tempos. Aliás, como vimos, a DSI nasceu num tempo em que as transformações sociais têm uma velocidade espantosa. A Igreja procura adaptar-se à evolução da história.

A polêmica entre *doutrina* ou *ensinamento* tem aqui sua razão de ser. A palavra doutrina denota uma série de princípios fechados, definidos, dogmas imutáveis. Já o termo ensino ou ensinamento mantém seu caráter aberto, dinâmico e flexível, disposto sempre a incorporar ou rever os valores de acordo com o passar do tempo. Ou seja, estamos diante de um processo em permanente crescimento. Mais do que um fóssil cristalizado no tempo e no espaço, a DSI constitui um organismo vivo que é capaz de adaptar-se às circunstâncias da história e de remodelar-se aos acontecimentos mais imprevisíveis. Sim, um organismo vivo que respira a atmosfera de um determinado contexto social. Nele nasce, cresce e se desenvolve. Embora localizado no tempo e no espaço, vai forjando princípios de validade universal, numa permanente releitura da mensagem evangélica.

Foi Paulo VI, na *Octogesima Adveniens (1971)* quem melhor apresentou esta mudança

de enfoque, isto é, a passagem do conceito de doutrina para o de ensinamento. Assim se expressa o Papa:

***“Com todo seu dinamismo, o ensinamento social da Igreja acompanha os homens nesta busca. Embora não intervenha para confirmar, com sua autoridade, uma determinada estrutura estabelecida ou pré-fabricada, não se limita a recordar princípios gerais. Desenvolve-se por meio da reflexão, amadurecida no contato com situações dinâmicas deste mundo, sob o incentivo do Evangelho, como fonte de renovação, desde o momento em que sua mensagem é aceita na plenitude de suas exigências. Desenvolve-se com a sensibilidade própria da Igreja, marcada pela vontade desinteressada de serviço e atenção aos mais pobres; finalmente alimenta-se de uma rica experiência multissecular, que lhe permite assumir, na continuidade de suas preocupações permanentes, as inovações atrevidas e criativas que a situação presente do mundo exige”***<sup>6</sup>.

A noção de ensinamento busca fundir duas dimensões da solicitude da Igreja no campo social. Por um lado, está atenta à tradição, aos princípios gerais consolidados pela sabedoria e pela experiência de séculos; por outro lado, permanece aberta aos valores novos que os desafios históricos vão engendrando. É nessa dialética entre um corpo de doutrinas sólidas e um constante aprendizado diante dos fatos que o magistério procura navegar. Trata-se, como se vê, de uma perspectiva ao mesmo tempo doutrinal e pastoral, preocupada, simultaneamente, com o rigor dos fundamentos bíblico-teológicos e com as exigências éticas da ação social. Assim sendo, daqui para a frente utilizaremos alternadamente e com significados idênticos os termos *doutrina* ou *ensinamento* social da Igreja, ficando por conta do leitor optar por um ou por outro.

De acordo com Camacho, ao comentar a *Octogesima Adveniens*, o ensinamento social estrutura-se na convergência de três elementos: o contato com as situações dinâmicas, o incentivo do evangelho e a experiência multissecular da Igreja. É assim que ele conclui apontando o “modo como Paulo VI concebe o ensinamento social da Igreja: não prioritariamente como uma doutrina, mas como um complexo processo de análise, julgamento e discernimento para a ação; um processo no qual participa toda a comunidade cristã, e em que a hierarquia atua como animadora e como encarregada da dimensão doutrinal”<sup>7</sup>.

Convém assinalar, de passagem, uma outra novidade que aparece de forma sutil mas inegável na *Octogesima Adveniens*. Estamos falando não apenas da mudança de enfoque em relação à DSI, mas também de um novo protagonismo da doutrina. Esta não será mais prerrogativa da hierarquia, mas tarefa das próprias comunidades locais. “A essas comunidades cristãs compete discernir, com a ajuda do Espírito Santo, com comunhão com os bispos responsáveis, em diálogo com os demais irmãos cristãos e com todos os homens de boa vontade, as opções e os compromissos que convém assumir para realizar as transformações sociais, políticas e econômicas que se consideram de urgente

---

<sup>6</sup> *Octogésima Adveniens*, número 42

<sup>7</sup> CAMACHO, op cit.

necessidade em cada caso”<sup>8</sup>.

No espírito do documento, verifica-se uma dupla mudança de foco: em termos de responsabilidade pelo aprofundamento e depósito da DSI, o acento desloca-se da hierarquia para a comunidade eclesial; em termos de enfoque, o centro da atenção passa claramente de uma preocupação estritamente doutrinal para o discernimento e a ação. Esse duplo deslocamento envolve tanto a hierarquia quanto a comunidade num alerta permanente aos acontecimentos diários. O rigor da doutrina está subordinado aos desafios que o mundo contemporâneo não se cansa de apresentar. Retoma-se aqui em toda a profundidade o espírito que animou as reflexões do concílio Vaticano II.

E é ainda Camacho quem nos apresenta dois conceitos que dão conta de explicar essa natureza dinâmica e flexível da DSI. O primeiro é a *contínua remodelação da doutrina*. Ou seja, situações históricas novas exigem uma releitura dos fundamentos doutrinários; e estes, por sua vez, trazem nova luz aos desafios que a realidade levanta dia a dia. Entra aqui o segundo conceito, o de *círculo hermenêutico*: o contato vivo com a realidade leva-nos a descobrir, a cada curva do caminho, um sentido mais profundo da Palavra de Deus. Por outro lado, esta redescoberta constante de novos enfoques da mensagem evangélica joga luz nova sobre as realidades concretas e orienta os passos dos caminhantes. Numa palavra, o evangelho ilumina a vida e a vida ilumina o evangelho. Na expressão de Camacho, o processo “vai da fé à práxis histórica, e da práxis histórica à fé”.

### **Evolução da DSI ao longo da História**

De Leão XIII a João Paulo II, da *Rerum Novarum* à *Centessimus Annus*, decorreu um século de reflexão sobre a Doutrina Social da Igreja. Passados hoje mais de cem anos desse pensamento social, é possível identificar uma certa periodização, a qual aponta para uma inegável evolução no tempo. Embora cientes de que todo corte histórico é arbitrário, não será difícil perceber determinadas etapas no percurso da DSI. Seguindo aproximadamente o esquema de Camacho, podemos falar em cinco períodos em que a doutrina social e a história do ocidente apresentam inquestionável correspondência.

1. O primeiro período é o próprio contexto do surgimento da DSI, no final do século XIX e início do século XX. Como já ficou claro, a Igreja está diante de duas ameaças: o liberalismo e o comunismo. De um lado, os males provocados por uma economia centralizada na maximização do lucro e na acumulação capitalista. Destacam-se nesse quadro, entre outras coisas, a exploração do trabalho, as precárias condições de habitação e salubridade, o uso indiscriminado da mão de obra infantil e feminina, os baixos salários, as longas e penosas jornadas de trabalho e os deslocamentos humanos de massa. Em resumo, é o cenário já descrito referente às conseqüências da Revolução Industrial. A produção e a produtividade dão um salto nunca visto na história, mas a grande maioria da população fica à margem desse progresso. É o que leva a solicitude pastoral de um Leão XIII a preocupar-se com a “condição dos operários”.

---

<sup>8</sup> AO, número 4.

Por outro lado, a chamada “onda vermelha” do socialismo ganha terreno a olhos vistos. Desde o Manifesto Comunista, em 1848, consolida-se a organização internacional que se desdobra em uma imensa rede de núcleos espalhados por todo continente europeu. Podemos mesmo afirmar que a *Rerum Novarum* nasce sob essa dupla motivação: uma mais explícita, voltada para a “questão social”, e uma mais encoberta, marcada pelo temor do avanço socialista.

Trava-se na Europa de então uma batalha surda entre liberalismo econômico e teoria marxista. Iremos ver como Leão XIII se vê como que premido entre essas duas forças ideológicas, as quais, vale dizer, expressam interesses distintos e contraditórios. Se, por uma parte, procura impedir que os pobres e indefesos, especialmente os operários, sejam devorados pela ganância selvagem do capitalismo nascente, por outra, procura defendê-los do que ele chama o “principal inimigo da doutrina da Igreja”.

O contexto ideológico encontra-se carregado. Aliás, esse confronto entre economia de mercado e planejamento centralizado, como veremos, deverá ser um tema recorrente nos documentos da DSI. Talvez não seja difícil, na época, vislumbrar no horizonte ainda distante os rumores da Primeira Guerra Mundial.

2. Dois fantasmas rondam o período seguinte, já nas primeiras décadas do século XX: o fascismo/nazismo e o comunismo. Os escombros da Primeira Guerra Mundial, a Revolução Soviética e a crise de 1929 espalham instabilidade e insegurança por todo mundo. Como solução desesperada, nascem os movimentos integralistas e os regimes totalitários, com Hitler na Alemanha, Mussolini na Itália, Stalin na União Soviética, Franco na Espanha e Salazar em Portugal. A *Quadragesimo Anno (1931)*, encíclica de Pio XI em comemoração ao 40º aniversário da *Rerum Novarum*, e as mensagens radiofônicas de Pio XII, alertam para os perigos do poder absoluto do Estado, ao mesmo tempo que se levantam em defesa dos direitos do cidadão. A Segunda Guerra Mundial, com um saldo de milhões de mortos e de mutilados, constitui o desfecho trágico dessa experiência de totalitarismos.

Aliás, de acordo com alguns autores, ao invés de falar em duas guerras mundiais, seria mais acertado falar de um conflito único, com duas grandes conflagrações generalizadas, intermediadas por vinte anos de relativa trégua, em que a crise e o medo tomam conta de tudo. O resultado final após explosão das duas bombas atômicas, em meados dos anos 40, é um mundo devastado por extrema violência e pelos genocídios, repleto de cinzas, escombros e pânico. Feridas profundas, jamais cicatrizadas, exibem o poder de destruição a que chegou a humanidade.

3. Apesar dessa experiência traumática, os anos que vão do pós-guerra ao Vaticano II constituem um período de euforia, se avaliados do ponto de vista dos índices econômicos. Impõe-se um duplo desafio: para os países centrais, após o vendavam devastador dos conflitos armados, trata-se de consolidar a democracia e os direitos humanos; já nos países periféricos, o dilema é como estender os benefícios do progresso às regiões mais pobres do planeta. Em ambos os casos, como equilibrar crescimento econômico e desenvolvimento social? É neste cenário que vemos surgir a figura paterna e materna de João XXIII.

Emerge com ele uma nova preocupação de pastor com a renovação da Igreja, voltada para horizontes igualmente novos, com vistas à manutenção de uma paz duradoura. Terreno fértil para duas encíclicas: primeiro, a *Mater et Magistra* (1961), com acento na doutrina social, revela a sensibilidade viva para com os novos problemas da sociedade moderna; segundo, a *Pacem in Terris* (1963), enfocando a doutrina política, aponta a necessidade de um compromisso conjunto para a construção da paz mundial.

Reafirma-se, em termos gerais, o paradigma da modernidade. O credo moderno - feito de quatro palavras-chaves: razão, ciência, tecnologia e progresso - adquire novo impulso. João XXIII, com seu otimismo nato, é uma figura emblemática da época. Acredita-se na evolução do gênero humano para um patamar mais elevado, crença esta que voltará a ser fortemente questionada a partir dos anos 70.

Como pano de fundo desse oxigênio de euforia, percorrem os céus nuvens sombrias da guerra fria entre os dois blocos mais poderosos do planeta - Estados Unidos e União Soviética. Do ponto de vista geopolítico, estamos diante de um mundo bipolarizado, em que demais nações figuram como alinhadas a um dos lados. A corrida armamentista constitui um equilíbrio sempre precário entre as forças militares. A humanidade convive com perigo constante de uma guerra total de conseqüências imprevisíveis em termos de destruição e morte. Teme-se pelo fim da vida em todas as suas formas.

4. Logo em seguida, o mesmo João XXIII, com uma sensibilidade surpreendente, desencadeará uma reviravolta na Igreja, ao abrir suas portas ao **Concílio Vaticano II (1962-1965)**. Trata-se de sintonizar a mensagem e a solicitude do magistério eclesial com os dilemas do mundo moderno. Dois sentimentos aparentemente contraditórios revestem o período em que ocorre o concílio. Ao lado da permanente ameaça de guerra total, o clima ainda é de otimismo quanto à reconstrução do diálogo e da paz. Não é à toa que o ecumenismo será, entre outras, uma das marcas do evento conciliar.

Entre os documentos do concílio, do ponto de vista social, ganha relevância a *Gaudium et Spes*, Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo de Hoje. Abrem-se novos caminhos e novos enfoques para o ensino social da Igreja. Esta, embora com algum atraso, resolve acertar os passos com o ritmo desenfreado do mundo contemporâneo. A chamada modernidade deixa de ser uma espécie de bicho-papão para converter-se em campo de diálogo. Reconhece-se os avanços e benefícios dos “tempos modernos”, ao mesmo tempo que se apontam seus estrangulamentos e incongruências.

Caberá a Paulo VI, imediatamente após o Vaticano II, colocar em cena a contradição mais flagrante da vida moderna: a extrema discrepância entre, de um lado, o progresso humano, fruto da revolução científico-tecnológica e, de outro, a profunda desigualdade que divide as nações, os povos e as pessoas. Esse será o tema recorrente de seus escritos, tais como a encíclica *Populorum Progressio* (1967), a carta apostólica *Octogesima Adveniens* (1971) e a exortação apostólica *Evangelli Nuntiandi* (1975).

5. O período que vai do início dos anos 70 aos dias de hoje, será marcado pela crise estrutural do neoliberalismo e pelos desafios de uma economia cada vez mais globalizada. Aprofunda-se o questionamento sobre os “valores da modernidade”. Na verdade, durante todo o decorrer do século XX, esses valores já vinham sofrendo

constantes ataques. Este século de profundos enfrentamentos bélicos, de genocídios e etnocídios, de colonialismos e de matanças indiscriminadas irá corroer pelas raízes o chamado credo da modernidade.

João Paulo II, com as encíclicas *Laborem Exercens* (1981), *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) e *Centesimus Annus* (1991), abordará e denunciará com energia os males deste novo tempo. Iniciada no começo dos anos 70, as crises se agravam cada vez mais. Seguem-se, como se sabe, duas décadas perdidas. O clima de descrença e instabilidade contamina não apenas a economia e o mercado mundial, mas estende-se também ao campo da política e da sociedade em geral. Trata-se, para alguns estudiosos, de uma verdadeira transformação cultural, uma transição paradigmática. Não somente uma época de mudanças, e sim uma mudança de época. A polêmica em torno do pós-modernismo tem suas raízes nesse cenário de crises, dúvidas e interrogações crescentes.

Ressurgem como dilemas antigos e sempre novos os problemas relativos ao endividamento externa e interno, ao desenvolvimento desigual, ao neocolonialismo, à contaminação e depredação da natureza, à nova corrida armamentista e à exclusão social, entre outros. Temas que, aliás, ganharão contornos cada vez mais vigorosos na carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente* (1994), na exortação apostólica pós-sinodal *Ecclesia in America* (1999) e na carta apostólica *Novo Millennio Ineunte* (2001).

Na América Latina e Caribe, como se sabe, os documentos conclusivos dos encontros da Conferência Episcopal Latino-americana (Celam) em Medellín, Colômbia, em Puebla, México e em Santo Domingo, República Dominicana, tiveram o mérito de traduzir para este continente as orientações gerais da DSI, em particular do Concílio Vaticano II. Fizeram-no com grande coragem e inegável profetismo, desafiando inclusive os poderes constituídos. Não podemos esquecer que o núcleo central das intervenções dos bispos latino-americanos é, sem dúvida, a opção pelos pobres, com vistas a fortalecer ações pastorais para a erradicação da pobreza e da violência institucionalizada no continente.

### **Princípios Gerais da DSI**

A pergunta que está por trás deste item poderia ser formulada da seguinte forma: quais as linhas mestras da DSI e como fazer de cada uma delas um instrumento no combate à pobreza, à miséria e à fome nos dias atuais? Como aplicá-las, hoje, no contexto da economia globalizada, na realidade da América Latina e do Brasil?

1. A mais incisiva preocupação dos Papas, de Leão XIII a João Paulo II, sempre foi a *centralidade e a dignidade* da pessoa humana. A promoção integral do homem, a liberdade de expressão e de religião, a defesa incondicional da vida, o combate a todo tipo de preconceito, discriminação e racismo são temas correlatos que enriquecem as páginas dos documentos. O ser humano, como lembra a *Gaudium et Spes*, é autor, centro e fim do desenvolvimento econômico. Nada o atinge mais profundamente do que o fato de ter se tornado mero instrumento diante dos imperativos da economia de mercado ou do coletivismo. A dignidade da pessoa humana deve ser o objetivo último da

produção de bens, da organização política e das expressões culturais.

Nos dias de hoje, a pobreza, a fome e a violência, entre outros males, ameaçam esse princípio desde os seus fundamentos. Daí a necessidade de manter viva a opção preferencial pelos pobres, como sujeitos da própria libertação. Não podemos falar de dignidade humana sem falar de condições reais de vida, o que em termos concretos significa o respeito aos direitos fundamentais, tais como alimentação, saúde, educação, trabalho, habitação, entre outros.

2. Uma segunda orientação que acompanha a DSI desde a *Rerum Novarum* é o *primado do trabalho sobre o capital*. Questões relativas ao salário justo, à subsistência familiar e à grande chaga que é desemprego são as principais preocupações do magistério nas relações entre patrões e empregados. Hoje, com o fenômeno da economia globalizada e a crescente precarização das relações empregatícias, tende a acirrar-se o conflito capital-trabalho. Palavras como flexibilização das leis trabalhistas ou terceirização representam verdadeiras ameaças. As conseqüências para a imensa maioria dos pobres de todo planeta são as mais desastrosas.

João Paulo II, na *Laborem Exercens*, com muita propriedade, recoloca o trabalho como chave da vida social. É por ele que o ser humano se realiza plenamente, ao mesmo tempo que colabora com a obra da criação. Nesta perspectiva, o desafio é encontrar formas de reafirmar com novo vigor a primazia do trabalho sobre a acumulação de lucros por parte do capital. Cabe aqui um olhar mais atento para as iniciativas populares de economia solidária, as quais se multiplicam por toda parte, e que precisam do estímulo e do incentivo da Igreja.

Transparece, nas páginas do ensino social, a espiritualidade do trabalho. Por suas próprias mãos, o ser humano é capaz de modificar a matéria bruta em algo novo e útil. O minério de ferro transforma-se em automóvel ou eletrodoméstico, a madeira em mesa ou banco, a lã ou algodão em roupa e abrigo, e assim por diante. Da mesma forma, o trabalhador torna-se capaz de modificar a si mesmo. Poderá fazer de sua vida e de seu espírito uma constante metamorfose. Poderá recriar-se e recriar as relações com outros seres humanos. Se, tijolo a tijolo, aprende a levantar um edifício, também aprenderá a erguer-se, passo a passo, enquanto criatura renovada. Pelo trabalho, transforma as coisas e transforma-se a si mesmo e à convivência com os demais. Participa da nova criação. Torna-se co-autor do novo céu e da nova terra. Artífice da cidade, do progresso e da história, será igualmente sujeito de seu próprio renascer para uma vida nova.

Em síntese, buscando a perfeição de sua obra, o trabalhador pode, ao mesmo tempo, iniciar o processo de aperfeiçoamento de si mesmo e da sociedade. Ou, em termos teológicos, da construção do Reino de Deus. As mãos que aprendem a manipular a matéria estão aptas a transformar o espírito.

3. A busca do *bem comum* é outra das grandes metas da DSI. Expressões como função social da propriedade, destino universal dos bens, deveres do Estado para com o bem estar da população, participação de todos na busca do bem comum, entre outros, são chaves para entender o pensamento social da Igreja. O fio condutor é que o bem comum está acima do individualismo, dos interesses de classe e do lucro privado. Como

interpretar isso diante dos ganhos exorbitantes das instituições financeiras com suas mega operações, por exemplo? Convivem, lado a lado, a especulação crescente e indiscriminada e a exclusão de setores cada vez mais amplos da sociedade. Como justificar a existência de enormes latifúndios ao redor dos quais perambulam multidões famintas, sem terra, sem trabalho e sem moradia? Em termos concretos, especialmente para o Brasil, como pensar numa reforma agrária e agrícola que fortaleça o pequeno produtor, particularmente a agricultura familiar? Por outro lado, em termos mundiais, como controlar o fluxo e refluxo de capitais, em defesa de políticas públicas que possam beneficiar as populações pobres e excluídas de todos os países?

Desde Leão XIII, insiste a doutrina social: o bem de cada um está subordinado ao bem comum. O Estado é responsável pela defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais de cada cidadão. Neste sentido, vale uma palavra sobre a família, a qual deve ser protegida pela ação das autoridades.

4. Em quarto lugar, a expressão *desenvolvimento integral* chama a atenção para um dos escândalos que mais tem incomodado a DSI, isto é, a profunda discrepância entre crescimento econômico e desenvolvimento social. Numa palavra: por que os benefícios do progresso não são igualmente desfrutados por todos? Como entender que uma era de enormes avanços tecnológicos seja, ao mesmo tempo, uma era de tanta fome e miséria? Como é possível que as máquinas possam, simultaneamente, multiplicar quase sem limite o volume dos bens e o desemprego?

A ciência e a tecnologia, que deveriam estar a serviço do bem comum, são utilizadas em prol do lucro, do acúmulo indevido e do enriquecimento de poucos. Daí o desenvolvimento desigual, seja entre as nações, seja entre as regiões de um mesmo país. Neste perspectiva, os Papas não se cansam de denunciar o colonialismo e neocolonialismo, a dependência crônica e, mais recentemente, as exigências dos organismos financeiros internacionais, como FMI. Na América Latina, em especial, esse tema é bem conhecido. O dilema atual se coloca no sentido de reorientar a política econômica para um desenvolvimento social e ecologicamente sustentável, subordinado a princípios éticos. Por exemplo, como pensar programas que incentivem uma melhor distribuição de riqueza?

Surgem, mais atuais do que nunca, as palavras de Paulo VI na *Populorum Progressio*: o desenvolvimento é o novo nome da paz! Como não lembrar também do imperativo do profeta Isaías, citado por João XXIII na *Pacem in Terris*: a paz é fruto da justiça? Não basta uma paz fundamentada sobre o equilíbrio das armas. Não basta a paz do medo, a paz dos cemitérios. É necessário buscar e construir a paz, alicerçada numa justa distribuição dos bens do progresso. Enquanto a fome e o luxo constituírem dois pólos opostos de uma mesma realidade, duas faces da mesma moeda - a da injustiça social - não haverá verdadeira paz!

5. Os avanços tecnológicos dos últimos tempos constituem uma das maiores obras do ser humano. A razão aplicada à ciência experimental abrem horizontes nunca imaginados. A ficção científica torna-se realidade. Tudo isso traz um imperativo que os documentos da Igreja não se cansam de repetir: a *tecnologia é um instrumento* a serviço do homem e

do bem comum. Hoje parece predominar o contrário. O ser humano torna-se uma peça nos imensos complexos industriais. Pior que isso, uma peça muitas vezes *descartável*, como qualquer outra.

Com reverter a situação? A revolução científico-tecnológica que marcou os derradeiros séculos deve ser acompanhada, segundo a doutrina social, de princípios éticos que garantam a dignidade inviolável do ser humano. Este, como já vimos, é o *fim* de todo e qualquer progresso. A técnica é simplesmente *meio* e, como tal, deve submeter-se a realização integral da pessoa humana. A ***Laborem Exercens***, sobre o trabalho humano, sublinha bem esse caráter instrumental da técnica.

6. A crítica a todo tipo de ideologia materialista é outra preocupação que atravessa a DSI desde o final do século XIX. Se é verdade que a ***Rerum Novarum*** se opunha como muito mais veemência ao socialismo do que ao capitalismo, no decorrer do século irão crescer as críticas à filosofia da livre concorrência. Coloca-se em evidência, por um lado, os males da economia centralizada, onde o poder do Estado anula as liberdades pessoais. Por outro lado, aponta-se as conseqüências nocivas de uma economia individualista e orientada para o lucro, em que o mercado, cego a todo drama pessoal ou social, impera, domina e explora trabalhadores e consumidores. Tanto a burocracia estatal quanto o liberalismo desenfreado constituem alvo das palavras dos pontífices.

Na ***Laborem Exercens***, João Paulo II vai deixar claro que tanto o “capitalismo rígido” quanto o coletivismo marxista são sistemas em que uma minoria se apropria indevidamente dos frutos do trabalho da maioria. O economicismo e o materialismo, presentes em ambos os sistemas, contradizem o princípio da prioridade do trabalho sobre o capital. Disso resulta, que o decisivo não é tanto a coletivização da propriedade, e sim a relação que se constrói entre os trabalhadores e os bens produzidos. Como diz o texto: “o direito à propriedade privada como subordinado ao direito ao uso comum.

7. O papel do Estado é uma das preocupações recorrentes na doutrina social do magistério católico. Questões como a previdência social, a saúde pública, a educação, a abertura de novos postos de trabalho, garantia dos direitos trabalhistas, entre outras, devem estar na ordem do dia das autoridades responsáveis. A idéia do Estado de bem estar ou Estado providência encontra-se presente em muitos textos da DSI. Ao mesmo tempo, os textos não se cansam de chamar a atenção para a demasiada intervenção do Estado, a qual pode ferir a autonomia das instituições da sociedade civil. Trata-se de salvar aqui um outro princípio que tem sido caro à doutrina social: o da **subsidiariedade**. O Estado não deve tomar sobre si as tarefas que podem ser realizadas pelas organizações ou instâncias da sociedade civil, nem, inversamente, jogar sobre estas o peso de certos encargos que são de competência das autoridades maiores.

Além disso, desde a ***Rerum Novarum***, o Estado aparece como aquele que deve intermediar tensões entre capital e trabalho, patrões e empregados. Parte-se do pressuposto de que é possível conciliar as duas classes em jogo. A história irá mostrar como essa tentativa de buscar a concórdia e a harmonia entre as classes se torna ilusória, dado o antagonismo intrínseco de interesses tão contraditórios. A respeito da necessidade de abrir novas frentes de trabalho, João Paulo II distingue entre empresário

direto e empresário indireto, definindo este último como “o conjunto de instâncias, em escala nacional e internacional, responsáveis por todo o ordenamento da política trabalhista”<sup>9</sup>.

Ainda como tarefa imprescindível e intransferível do Estado está a construção de relações internacionais que possam garantir a paz. Daí a importância de organismos especializados e de uma política ou, na expressão de João Paulo II, uma cultura da paz e da solidariedade. Levanta-se aqui, uma vez mais, a crítica vigorosa à corrida armamentista e à postura belicosa dos governos nacionais, em detrimento de seus povos.

**8.** Embora desde a *Rerum Novarum* já se encontrem várias referências às associações operárias católicas e às corporações, é sobretudo Pio XI, na *Quadragesimo Anno*, que irá conferir atenção especial ao *direito de organização* dos trabalhadores. Tal organização, em sua maneira de ver, muito pode contribuir para superar a questão social. Enquanto as palavras de Leão XIII estão marcadas pelo temor da “onda vermelha” e pelo fascínio da organização internacional socialista, a partir de Pio XI nota-se nos documentos maior incentivo e apoio ao associativismo.

Depois do Vaticano II, o tema ganhará cada vez mais espaço, até merecer a dedicação de parágrafos inteiros e exclusivos. Com Paulo VI e João Paulo II, a Igreja não apenas reconhecerá o direito dos trabalhadores à organização, mas fortalecerá os sindicatos e as diversas formas de luta da classe trabalhadora. O direito à greve, por exemplo, combatido pela *Rerum Novarum*, será progressivamente aceito como um meio legítimo de buscar seus interesses.

**9.** Entra aqui o tema da *propriedade privada*. Também neste caso, verifica-se uma evolução de um princípio rígido de propriedade para uma visão mais atenuada. No decorrer do pensamento social, passa-se de um conceito de direito natural à categoria de função social da propriedade. A ênfase não está no título de propriedade, mas em seu correto uso.. Segundo esta, toda a propriedade, antes de ser um bem pessoal e privado, deve estar subordinada aos interesses maiores da sociedade, ou seja, ao bem comum. No dizer de João Paulo II em sua visita ao México “sobre toda a propriedade pesa uma hipoteca social”.

No caso do Brasil, tomemos como exemplo os enormes latifúndios cercados por multidões famintas. O direito ao “uso” da terra para buscar o pão e matar a fome está acima do direito à sua “propriedade”. A titularidade *legal* está subordinada às necessidades *legítimas* da população. Pelo conceito de função social, as urgências básicas e prementes de garantir a vida estão acima da simples manutenção do título. Em termos mais populares, a posse supera a propriedade.

**10.** Caberá especialmente a João Paulo II erguer-se com energia diante dos graves *problemas do atual modelo neoliberal* de economia globalizada. Sua voz, tanto mais incisiva quanto mais debilitada com o passar dos anos, não se cansa de denunciar os efeitos perversos, sobretudo para os países periféricos, dos enormes endividamentos externos, da destruição do meio ambiente e do uso indiscriminado dos recursos naturais,

---

<sup>9</sup> João Paulo II, *Laborem Exercens*, 18<sup>o</sup>

da guerra de mercado, da precarização das relações de trabalho, do consumismo exacerbado, do mercado como um novo ídolo, do desemprego crescente e da exclusão social. A vida está em primeiro lugar! - tem sido seu grito nas viagens por todo o planeta.

11. Por fim, ainda uma última orientação que permeia toda a DSI: a *evangelização inculturada*. Predomina hoje o pluralismo, seja em termos étnicos seja em termos religiosos. Valores e contravalores se cruzam e se entrelaçam. A evangelização passa necessariamente por esse novo cenário polifônico e multifacetado. Daí a importância do diálogo e da abertura, aliás, uma herança do Concílio Vaticano II. Por um lado, os meios de comunicação hoje facilitam o intercâmbio e o enriquecimento recíproco. Por outro lado, com o fenômeno da economia mundializada, a idolatria do mercado espalha-se com a velocidade de um toque na tecla do computador. Luxo e miséria coexistem lado a lado. A pobreza e a fome tornam-se um fenômeno tanto mais escandaloso quando colocado frente a frente com toneladas de alimento armazenado, e não raro em vias de apodrecer. Coloca-se em pauta, uma vez mais, a urgência de João Paulo II, com esforços incansáveis para divulgar a globalização da solidariedade, em contraposição à globalização neoliberal, concentradora e excludente?

### **Conclusão**

O estudo que acabamos de ler, a respeito da Doutrina Social da Igreja (DSI), representa um vôo de pássaro sobre um século de documentos do Magistério Católico. Nesses documentos, como vimos, a “questão social” é a temática de fundo. A DSI, na verdade, reúne os escritos e pronunciamentos em que a Igreja, desde o Papa Leão XIII até os dias atuais, ao mesmo tempo que manifesta sua solicitude pastoral diante da situação econômica, política, social e cultural de toda a humanidade.

A bem dizer, o aprofundamento do tema da doutrina social não tem conclusão. Ou melhor, poderíamos afirmar que a conclusão é o próprio desdobramento do estudo em ações solidárias conseqüentes. Em outras palavras, concluir é concretizar os princípios da DSI no desafio de transformar as pessoas e as estruturas de uma realidade injusta. Três passos são importantes na passagem do estudo à atuação pastoral:

- a. conhecer o contexto em que nasceram os diversos escritos da DSI e as respectivas respostas dadas pela Igreja na ocasião;
- b. fazer um diagnóstico atualizado da realidade e identificar os principais desafios que ela apresenta hoje à Igreja e à sociedade como um todo;
- c. reinterpretar o espírito dos documentos no contexto da atualidade, buscando alternativas viáveis para a construção do Reino de Deus.

A DSI constitui, como sabemos, uma atualização permanente da dimensão sócio-transformadora do Evangelho nas distintas etapas da história humana. Podemos resumi-la numa pergunta: como traduzir a Boa Nova de Jesus Cristo diante de cada momento novo e desafiador? Precisamos reler a mensagem evangélica no tempo presente, especialmente em suas implicações sociais e políticas, tendo em vista, simultaneamente, o estudo e à prática pastoral.

### **A Globalização e a Doutrina Social da Igreja**

Nestes tempos de globalização torna-se premente voltarmos nossos olhos para a Doutrina Social da Igreja e isto porque estamos sofrendo dois tipos de exclusão que ameaçam desequilibrar a própria sociedade. Além da exclusão do trabalho, uma segunda exclusão é provocada pelo fato de a globalização, na medida em que tem por objetivo a intensificação do comércio em nível mundial, excluir a pessoa de sua dignidade, uma vez que ela é vista apenas pelo seu poder de compra, de ter, de adquirir bens e serviços.

Somos alvo de campanhas publicitárias cada vez mais intensas e que nos bombardeiam com fortes apelos para o consumo e o hedonismo. Como nem todos temos anticorpos suficientes, acabamos nos rendendo às nossas emoções e às novas sensações que nos são propostas pela globalização cultural, na verdade muito pior para o ser humano do que a econômica uma vez que atinge o seu interior. (Cf. por exemplo: Rifkin, Jeremy *A Era do Acesso*, São Paulo : Makron Books, 2001).

A globalização, baseada entre outros fatores, na revolução tecnológica vem acirrando, através da busca pela inovação, a competitividade entre as empresas. Diante disto, as empresas para sobreviverem unem-se, fecham filiais, cortam custos e - o que é mais doloroso - empregos. Todos esses fatos nos remetem a um novo olhar para a Doutrina Social da Igreja, que não tem por objetivo apenas o plano intelectual mas volta-se para um objetivo prático, respeitando a dignidade de cada pessoa.

#### **Mas o que é a Doutrina Social da Igreja?**

A Doutrina Social não é uma "terceira via", um caminho intermediário entre o capitalismo e o socialismo. Ela não tem nada que ver com uma agenda econômica ou política, e muito menos pode ser considerada um "sistema". Ainda que ela possa tecer algumas considerações críticas ao socialismo e ao capitalismo, ela não é uma proposta técnica, mas muito mais uma doutrina moral, que surge do conceito cristão de homem, de pessoa e de sua vocação para o amor. Essa doutrina não é uma utopia, no sentido de um projeto social impossível de alcançar.

***A Doutrina Social de Igreja Católica é, sim, um conjunto de princípios, critérios e diretrizes de ação com o objetivo de interpretar as realidades sociais, culturais, econômicas e políticas, determinando sua conformidade ou inconformidade com os ensinamentos do Evangelho sobre a pessoa humana e sua vocação terrena e transcendente. Sendo principal, ela pode se adaptar às necessidades sociais de cada tempo e de diferentes lugares. Além disso, os ensinamentos sociais católicos não formam uma doutrina utópica e estática, mas constituem-se numa aplicação dinâmica dos ensinamentos de Cristo para mudar as realidades e circunstâncias das sociedades e culturas concretas.***

Para irmos direto ao ponto central: para além de tecnicismos, essa doutrina tem como fundamento básico o mandamento de amor: amar a Deus sobre todas as coisas e ao nosso próximo como a nós mesmos. Este é o fundamento de toda a moral cristã, e, por isso mesmo, da Doutrina Social da Igreja. Este é um princípio muito importante para

superar a tendência de se ver a economia e a política como realidades alhias à moral, quando, de fato, são dimensões privilegiadas em que um cristão faz com que sua fé passe a informar - excluindo todo clericalismo - os assuntos temporais. O mandamento do amor, portanto, representa o fundamento geral da Doutrina Social da Igreja. Além deste princípio ultra-fundamental a Doutrina Social da Igreja apresenta ainda quatro fundamentos específicos, quatro colunas sobre as quais se apóia por inteiro o edifício desses ensinamentos. Esses princípios são:

**A dignidade da pessoa humana.** Esse primeiro princípio clássico é o que proporciona o fundamento geral para os Direitos Humanos. Cada pessoa, criada à imagem e semelhança de Deus possui uma dignidade inalienável e, portanto, deve ser tratada sempre como um fim e não como um meio, como vem acontecendo nesses tempos pós modernos regidos pela globalização. Em sua carta encíclica *Centesimus Annus*, o Papa João Paulo II ressalta a centralidade deste princípio: devemos ter presente que o que constitui a trama de toda a Doutrina Social da Igreja é a correta concepção da pessoa humana e de seu valor único. Daí que a Igreja não pense primeiro em termos de nações, partidos políticos, tribos ou grupos étnicos mas sobretudo na pessoa individualmente. A Igreja, como Cristo, defende a dignidade de cada ser humano, de cada pessoa...

**O bem comum.** O Concílio Vaticano II define-o como "o conjunto de condições da vida social que tornam possível às associações e a cada um de seus membros obter a sua realização mais plena e o caminho mais fácil de chegar a própria perfeição" (*Gaudium et Spes* 26; ver também *GS*,74; e o *Catecismo da Igreja Católica*, # 1906). A "indeterminação" do "bem comum" corresponde ao mistério da pessoa: o bem comum não é exclusivamente meu ou teu e não é também a soma dos bens dos indivíduos, mas deve incentivar a que cada um descubra que seu próprio bem deve estar em comunhão com os demais. Por isso, o bem comum não pode ser entendido como pertencente apenas a uma entidade abstrata como o Estado (ai de nós no dia em que o Estado achar que tem a fórmula para operacionalizar o "bem comum!"), mas sim aos cidadãos concretos, como pessoas chamadas a viverem em comunhão.

**Subsidiariedade.** Foi formulado pelo papa Pio XI em sua carta encíclica de 1931, *Quadragesimo Anno*: "Verdade é, e a história o demonstra abundantemente, que, devido à mudança de condições, só as grandes sociedades podem hoje levar a efeito o que antes podiam até mesmo as pequenas; permanece, contudo, imutável aquele solene princípio da filosofia social: assim como é injusto subtrair aos indivíduos o que eles podem efetuar com a própria iniciativa e capacidade, para o confiar à coletividade, do mesmo modo passar para uma sociedade maior e mais elevada o que sociedades menores e inferiores podiam conseguir, é uma injustiça, um grave dano e perturbação da boa ordem social. O fim natural da sociedade e da sua ação é subsidiar os seus membros, não destruí-los nem absorvê-los". (*QA*, 79) Este princípio foi formulado quando o mundo estava ameaçado por sistemas totalitários, com suas doutrinas baseadas na subordinação do indivíduo à coletividade, e volta a ter atualidade agora, quando a globalização reforça exacerbadamente o poder de alguns poucos países ou de apenas uma única potência hegemônica.

**Solidariedade.** Este princípio foi formulado recentemente pelo papa João Paulo II na sua carta encíclica "*Sollicitudo Rei Socialis*" (1987). Para fazer frente a globalização, a crescente interdependência das pessoas e dos povos, devemos ter em mente que a família humana é uma. A solidariedade nos convida a aumentar nossa sensibilidade para com os sofrimentos de nossos irmãos que em algumas partes do globo são muito fortes. O Papa nos diz que a solidariedade não deve ser entendida simplesmente como sentimento, mas sim como uma virtude real, que nos permite assumir nossas responsabilidades de uns para com os outros.

## A Natureza da Doutrina Social da Igreja

---

1. A Igreja como Mãe e Mestra
2. A missão da Igreja
3. A mensagem social da Igreja
4. O alcance da doutrina social da Igreja
5. Evangelização e doutrina social da Igreja

---

### I. A IGREJA COMO MÃE E MESTRA

1. Mãe e Mestra de todos os povos, a Igreja Universal foi fundada por Jesus Cristo, a fim de que todos, vindo no seu seio e no seu amor, através dos séculos, encontrem a plenitude de vida mais elevada e penhor seguro de salvação. A esta Igreja, coluna e fundamento da verdade (cf. 1 Tm 3, 15), o seu Fundador santíssimo confiou uma dupla missão: de gerar filhos, e de educar e dirigir, orientando, com solicitude materna, a vida dos indivíduos e dos povos, cuja alta dignidade ela sempre desveladamente respeitou e defendeu. (*Mater et Magistra*, n. 1)

2. É a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando- o de todo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que não se contenta com esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de harmonia com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum as suas luzes e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as leis e a autoridade pública devem levar a esta solução, sem dúvida com medida e com prudência, a sua parte do concurso. (*Rerum Novarum*, n. 25)

3. O cristianismo é, de fato, a realidade da união da terra com o céu, uma vez que assume o homem, na sua realidade concreta de espírito e matéria, inteligência e vontade, e o convida a elevar o pensamento, das condições mutáveis da vida terrena,

até às alturas da vida eterna, onde gozará sem limites da plenitude da felicidade e da paz. (**Mater et Magistra**, n. 2)

4. Não é, pois, de admirar que a Igreja católica, à imitação de Cristo e em cumprimento das suas disposições, tenha mantido sempre bem alto, através de dois mil anos, isto é, desde a instituição dos antigos diáconos, até os nossos tempos, a facho da caridade, não menos com os preceitos do que com os numerosos exemplos que vem proporcionando. Caridade, que ao conjugar harmoniosamente os mandamentos do amor mútuo com a prática dos mesmos, realiza de modo admirável as exigências desta dupla doação que em si resume a doutrina e a ação social da Igreja. (**Mater et Magistra**, n. 6)

5. Assim, à luz da sagrada doutrina do II Concílio do Vaticano, a Igreja aparece frente a nós como sujeito social da responsabilidade pela verdade divina. Ouçamos com profunda emoção o mesmo Cristo, quando diz: “A palavra que vós ouvis não é minha, é do Pai, que me enviou”(Jo 14, 24) (...). Por isso se exige que a Igreja, quando professa e ensina a Fé esteja estritamente aderente à verdade divina (**Dei Verbum**, nn. 5, 10 e 21), e que a mesma Fé se traduza em comportamentos vividos de obséquio consentâneo à razão (cf. **Dei Filius**, n. 3). (**Redemptor Hominis**, n. 19)

6. Mais em particular, como afirma o Concílio, “o encargo de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo”(Dei Verbum, n. 10). Assim a Igreja, na sua vida e ensinamento, apresenta-se como “coluna e sustentáculo da verdade”(1 Tm 3, 15), inclusive da verdade sobre o agir moral. De fato, “compete à Igreja anunciar sempre e por toda a parte os princípios morais, mesmo de ordem social, bem como emitir juízo acerca de quaisquer realidades humanas, na medida em que o exijam os direitos fundamentais da pessoa humana ou a salvação das almas”(Código de Direito Canônico, cân. 747, n. 2). Precisamente sobre as questões que caracterizam hoje o debate moral e à volta das quais se desenvolveram novas tendências e teorias, o Magistério, por fidelidade a Jesus Cristo e em continuidade com a tradição da Igreja, sente com maior urgência o dever de oferecer o próprio discernimento e ensinamento, para ajudar o homem no seu caminho em busca da verdade e da liberdade. (**Veritatis Splendor**, n. 27)

## II. A MISSÃO DA IGREJA

7. Nascida do amor do Pai eterno (cf. Ef 1, 2; 5-6, 13-14, 23), fundada no tempo por Cristo Redentor, e coadunada no Espírito Santo, a Igreja tem um fim salutar e escatológico que não pode ser atingido plenamente senão na vida futura. Contudo, ela já está presente aqui na terra, composta de homens membros da cidade terrestre, chamados justamente a formarem, já na história do gênero humano a família dos filhos de Deus, que deve crescer sempre até a vinda do Senhor. Unida em vista dos bens celestiais e deles enriquecida, esta família foi por Cristo “fundada e organizada neste mundo como sociedade”(LG, n. 8) é provida de “meios aptos de união visível e social”(LG, n. 9). Deste modo a Igreja se manifesta ao mesmo tempo como “assembléia visível e comunidade espiritual”, e caminha juntamente com a humanidade inteira.

Experimenta com o mundo a mesma sorte terrena; é como que o fermento e a alma da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus. (**Gaudium et Spes, n. 40**)

8. O ensino e a difusão da doutrina social fazem parte da missão evangelizadora da Igreja. E, tratando-se de uma doutrina destinada a orientar o comportamento das pessoas, tem de levar cada uma delas, como conseqüência, ao “empenho pela justiça”segundo o papel, a vocação e as circunstâncias pessoais. O exercício do ministério da evangelização em campo social, que é um aspecto do múnus profético da Igreja, compreende também a denúncia dos males e das injustiças. Mas convém esclarecer que o anúncio é sempre mais importante do que a denúncia, e esta não pode prescindir daquele, pois é isso que lhe dá a verdadeira solidez e a força da motivação mais alta. (**Sollicitudo Rei Socialis, n. 41**)

9. Nós professamos que o Reino de Deus iniciado aqui na terra, na Igreja de Cristo, não é deste mundo, cuja figura passa, e que o seu crescimento próprio não pode confundir-se com o progresso da civilização, da ciência ou da técnica humanas, mas consiste em conhecer cada vez mais profundamente as insondáveis riquezas de Cristo, em esperar cada vez corajosamente os bens eternos, em responder cada vez mais ardentemente ao amor de Deus e em difundir cada vez mais amplamente a graça e a santidade entre os homens. Mas é este mesmo amor que leva a Igreja a preocupar-se constantemente com o bem temporal dos homens. Não cessando de lembrar a seus filhos que eles não têm aqui na terra uma morada permanente, anima-os também a contribuir, cada qual segundo a sua vocação e os meios de que dispõem, para o bem de sua cidade terrestre, a promover a justiça, a paz e a fraternidade entre os homens, a prodigalizar-se na ajuda aos irmãos, sobretudo aos mais pobres e mais infelizes (**Paulo VI, Profissão de Fé do Povo de Deus, n. 27**). (**Libertatis Nuntius, Conclusão**)

10. Mas como foi confiado à Igreja manifestar o mistério de Deus, desde Deus que é o fim último do homem, ao mesmo tempo revela ao homem o sentido de sua própria existência, a saber, a verdade essencial a respeito do homem. A Igreja sabe perfeitamente que só Deus, ao qual serve, responde às aspirações profundíssimas do coração humano, que nunca se sacia plenamente com os alimentos terrestres. (**Gaudium et Spes, n. 41**)

11. Por isso a Igreja, enriquecida com os dons do seu Fundador e observando fielmente os Seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebeu a missão de anunciar o Reino de Cristo e de Deus, de estabelecê-lo em todos os povos e deste Reino constitui na terra o germe e o início. Entrementes ela, enquanto cresce paulatinamente, anela pelo Reino consumado e com todas as suas forças espera e suspira unir-se ao seu Rei na glória. (**Lumen Gentium, n. 5**)

12. Como todos sabem, [a Igreja] não está separada do mundo, vive nele. Por isso, os membros da Igreja estão sujeitos à influência do mundo, de que respiram a cultura, aceitam as leis e absorvem os costumes. Este contato permanente, que a Igreja tem com a sociedade temporal, impõe-lhe uma problemática contínua, hoje difícilíssima. Por um

lado a vida cristã, como a Igreja defende e promove, deve com perseverança e tenacidade preservar-se de tudo quanto pode enganá-la, profaná-la e sufocá-la, procurando imunizar-se do contágio do erro e do mal; por outro lado, a vida cristã deve não só adaptar-se às formas do pensamento e da moral, que o ambiente terreno lhe oferece e impõe, quando elas forem compatíveis com as exigências essenciais do seu programa religioso e moral, mas deve procurar aproximá-las de si mesma, purificá-las, nobilitá-las, vivificá-las e santificá-las. (**Ecclesiam Suam**, n. 20)

13. A Igreja oferece aos homens o Evangelho, documento profético, capaz de corresponder às exigências e aspirações do coração humano: é e será sempre a “Boa Nova”. A Igreja não pode deixar de proclamar que Jesus veio revelar a face de Deus, e merecer, pela cruz e ressurreição, a salvação para todos os homens. (**Redemptoris Missio**, n. 11)

14. Tudo o que é humano nos diz respeito. Temos, em comum com a humanidade inteira, a natureza, isto é, a vida com todos os seus dons e problemas. Comungamos de bom grado nesta primeira universalidade, aceitamos as profundas exigências das suas necessidades fundamentais, aplaudimos as afirmações novas e por vezes sublimes do seu gênio. Possuímos verdades morais vitais, que se háo de pôr em evidência e revigorar na consciência humana; são benéficas para todos. Em qualquer esforço que o homem faça para se compreender a si mesmo e ao mundo, pode contar com a nossa simpatia (**Ecclesiam Suam**, n. 54)

### III. A MENSAGEM SOCIAL DA IGREJA

15. A solicitude social da Igreja, que tem como fim um desenvolvimento autêntico do homem e da sociedade, o qual respeite e promova a pessoa humana em todas as suas dimensões, manifestou-se sempre das mais diversas maneiras. Um dos meios privilegiados de intervenção, nos últimos tempos, tem sido o Magistério dos Romanos Pontífices que, partindo da **Encíclica Rerum Novarum de Leão XIII** como de um ponto de referência, tratou com freqüência a questão, fazendo algumas vezes coincidir as datas de publicação dos vários documentos sociais com os aniversários daquela primeira Encíclica. Os Sumos Pontífices não deixaram de ilustrar, com as suas intervenções, também aspectos novos da doutrina social da Igreja. Começando, pois, do validíssimo subsídio de Leão XIII, enriquecido pelas sucessivas contribuições magisteriais, constituiu-se já um corpo doutrinal atualizado, que se articula à medida em que a Igreja, dispondo da plenitude da Palavra revelada por Cristo Jesus e com a assistência do Espírito Santo (cf. **Jo 14, 16.26; 16, 13-15**), vai lendo os acontecimentos, enquanto eles se desenrolam no decurso da História. Deste modo, ela procura guiar os homens para corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena. (**Sollicitudo Rei Socialis**, n. 1)

16. No meio das perturbações e das incertezas da hora presente, a Igreja tem uma mensagem específica a proclamar, um apoio a dar aos homens nos seus esforços por tomar as rédeas do seu futuro e orientá-lo. Passada a época em que a **Encíclica Rerum**

**Novarum** denunciava, de maneira energética e categórica, o escândalo da condição operária, da sociedade industrial nascente, a evolução histórica fez com que se tomasse consciência, como o reconheciam já as **Encíclicas Quadragesimo Anno e Mater et Magistra**, de outras dimensões e de outras aplicações da justiça social. O recente Concílio Ecumênico aplicou-se, por sua vez, em descobri-las, em particular na **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**. Nós próprios também já continuamos orientações ali dadas, com a nossa **Encíclica Populorum Progressio**: *“Hoje, dizíamos então, o fato de mais saliente, de que cada um deve tomar consciência é que a questão social se tornou mundial”*(PP, n. 3). *“Uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica, comporta para a Igreja a obrigação de se pôr a serviço dos homens, para ajudar a captar todas as dimensões deste grave problema e para convencer da urgência de uma ação solidária, nesta viragem da história da humanidade”*. (Octogesima Adveniens, n. 5)

17. *“A revelação cristã leva a uma compreensão mais profunda das leis da vida social”*(GS, n. 23). A Igreja recebe do Evangelho a revelação plena da verdade do homem. Quando ela cumpre a sua missão de anunciar o Evangelho, ensina ao homem, em nome de Cristo, a sua dignidade própria e a sua vocação à comunhão de pessoas; e ensina-lhe as exigências da justiça e da paz, de acordo com a sabedoria divina. (Catecismo da Igreja Católica, n. 2419)

18. A doutrina social da Igreja, que propõe um conjunto de princípios de reflexão, critérios de discernimento e diretrizes de ação, é dirigida em primeiro lugar aos membros da Igreja. É essencial que o fiel, comprometido na promoção humana, tenha domínio firme deste precioso corpo de doutrina e faça dele parte integrante da sua missão evangelizadora (...). Os dirigentes cristãos na Igreja e na sociedade, particularmente os leigos com responsabilidades na vida pública, necessitam de estar bem formados nesta doutrina, para que possam inspirar e vivificar a sociedade civil e as suas estruturas com o fermento do Evangelho. (Ecclesia in Asia, n. 32).

19. A formação doutrinal dos fiéis leigos mostra-se hoje cada vez mais urgente, não só pelo natural dinamismo de aprofundar a sua fé, mas também pela exigência de *“racionalizar a esperança”* que está dentro deles, perante o mundo e os seus problemas graves e complexos. Tornam-se, desse modo, absolutamente necessárias uma sistemática ação de catequese, a dar-se gradualmente, conforme a idade e as várias situações de vida, e uma mais decidida promoção cristã da cultura, como resposta às eternas interrogações que atormentam o homem e a sociedade de hoje. Em particular, sobretudo para os fiéis leigos, de várias formas empenhados no campo social e político, é absolutamente indispensável uma consciência mais exata da doutrina social da Igreja, como repetidamente os Padres sinodais recomendaram nas suas intervenções. (Christifideles Laici, n. 60)

20. Fiel ao ensinamento e ao exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa-nova aos pobres (Lc 7, 22), a Igreja nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. (Populorum Progressio, n. 12)

21. A Igreja compartilha com os homens do nosso tempo este profundo e ardente desejo de vida justa sob todos os aspectos. Não deixa de fazer objecto de reflexão os vários aspectos da justiça exigida pela vida dos homens e das sociedades. Bem o comprova o amplo desenvolvimento alcançado no último século pela doutrina social católica. Na linha deste ensino situam-se tanto a educação e a formação das consciências humanas no espírito da justiça, como as iniciativas que, animadas pelo mesmo espírito, se vão desenvolvendo, especialmente no campo do apostolado dos leigos. (**Dives in Misericordia, n. 12**)

22. A Igreja tem consciência do que o Senhor quer que ela seja, surge nela uma plenitude única e a necessidade de efusão, adverte claramente uma missão que a transcende e um anúncio que ela deve espalhar. É o dever da evangelização, é o mandato missionário, é o dever do apostolado. (**Ecclesiam Suam, n. 37**)

23. Decerto, não existe um único modelo de organização política e econômica da liberdade humana, porque culturas diferentes e experiências históricas diversas dão origem, numa sociedade livre e responsável, a diversificadas formas institucionais. (**Discurso durante a 50ª Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, 1995, n. 3**)

24. A doutrina social tem, além disso, uma importante dimensão interdisciplinar. Para encarnar melhor nos diversos contextos sociais, econômicos e políticos em contínua mutação, essa doutrina entra em diálogo com diversas disciplinas que se ocupam do homem, assumindo em si os contributos que delas provêm, e ajudando-as, por sua vez, a abrir-se numa dimensão mais ampla ao serviço de cada pessoa, conhecida e amada na plenitude da sua vocação. A par desta dimensão interdisciplinar, aparece depois a dimensão prática e em certo sentido experimental desta doutrina. De fato, ela situa-se no cruzamento da vida e da consciência cristã com as situações do mundo e exprime-se nos esforços que indivíduos, famílias, agentes culturais e sociais, políticos e homens de Estado realizam para lhe dar forma e aplicação na história. (**Centesimus Annus, n. 59**)

#### **IV. O ALCANCE DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

25. A Igreja não tem modelos a propor. Os modelos reais e eficazes poderão nascer apenas no quadro das diversas situações históricas, graças ao esforço dos responsáveis que enfrentam os problemas concretos em todos os seus aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que se entrelaçam mutuamente (**cf. GS, n. 36; Octogesima Adveniens, nn. 2-5**). A esse empenhamento, a Igreja oferece, como orientação ideal indispensável, a própria doutrina social que - como se disse - reconhece o valor positivo do mercado e da empresa, mas indica ao mesmo tempo a necessidade de que estes sejam orientados para o bem comum. (**Centesimus Annus, n. 43**)

26. O ensinamento social da Igreja abrange um corpo de doutrina que se articula à medida que a Igreja interpreta os acontecimentos ao longo da história, à luz do conjunto da palavra revelada por Cristo Jesus e com a assistência do Espírito Santo (**cf. SRS, n. 1**). Este ensinamento se torna mais aceitável para os homens de boa vontade na medida

em que inspira a conduta dos fiéis. (Catecismo da Igreja Católica, n. 2422)

**27.** Nas aplicações destes, podem surgir divergências mesmo entre católicos retos e sinceros. Quando isto suceder, não falem a consideração, o mútuo respeito e a boa vontade em descobrir os pontos onde existem acordo, a fim de se conseguir uma ação oportuna e eficaz. Não nos percamos em discussões intermináveis; e, sob o pretexto de conseguirmos o ótimo, não deixemos de realizar o bom que é possível, e portanto, obrigatório. (*Mater et Magistra*, n. 237)

**28.** A Igreja não propõe uma filosofia própria, nem canoniza uma das correntes filosóficas em detrimento de outras. A razão profunda desta reserva está no fato de que a filosofia, mesmo quando entra em relação com a teologia, deve proceder segundo os seus métodos e regras; caso contrário, não haveria garantia de permanecer orientada para a verdade, tendendo para a mesma através de um processo racionalmente controlável. Pouca ajuda daria uma filosofia que não agisse à luz da razão, segundo princípios próprios e específicas metodologias. Fundamentalmente, a raiz da autonomia de que goza a filosofia, há que individuá-la no fato de a razão estar orientada, por sua natureza, para a verdade e dotada em si mesma dos meios necessários para a alcançar. Uma filosofia, ciente deste seu “estatuto constitutivo”, não pode deixar de respeitar as exigências e evidências próprias da verdade revelada. (*Fides et Ratio*, n. 49)

**29.** A doutrina social da Igreja se desenvolveu no século XIX, quando nasce o encontro do Evangelho com a sociedade industrial moderna, suas novas estruturas para produção de bens de consumo, sua nova concepção da sociedade, do Estado e da autoridade, suas novas formas de trabalho e de propriedade. O desenvolvimento da doutrina da Igreja em matéria econômica e social, atesta o valor permanente do ensinamento da Igreja, ao mesmo tempo que do sentido verdadeiro de sua Tradição sempre viva e ativa (cf. CA, n. 3). (Catecismo da Igreja Católica, n. 2421)

**30.** A doutrina social da Igreja não é uma “terceira via” entre capitalismo liberal e coletivismo marxista, nem sequer uma possível alternativa a outras soluções menos radicalmente contrapostas: ela constitui por si mesma uma categoria. Não é tampouco uma ideologia, mas a formulação acurada dos resultados de uma reflexão atenta sobre as complexas realidades da existência do homem, na sociedade e no contexto internacional, à luz da fé e da tradição eclesial. A sua finalidade principal é interpretar estas realidades, examinando a sua conformidade ou desconformidade com as linhas do ensinamento do Evangelho sobre o homem e sobre a sua vocação terrena e ao mesmo tempo transcendente; visa, pois, orientar o comportamento cristão. Ela pertence, por conseguinte, não ao domínio da ideologia, mas da teologia e especialmente da teologia moral. (*Sollicitudo Rei Socialis*, n. 41)

**31.** Não foi, é certo, confiada à Igreja a missão de encaminhar os homens à conquista da felicidade transitória e caduca, mas eterna; antes “a Igreja crê não dever intrometer-se sem motivos nos negócios terrenos” (*Ubi Arcano Dei Consilio*, n. 65). O que não pode é renunciar ao ofício de que assuntos técnicos, para os quais lhe faltam competência e meios, mas em tudo o que se refere à moral. Dentro deste campo, o depósito da verdade que Deus nos confiou e o gravíssimo encargo de divulgar a lei moral,

interpretá-la e urgir o seu cumprimento oportuna e inoportunamente, sujeitam e subordinam ao nosso juízo a ordem social e as mesmas questões econômicas. (**Quadragesimo Anno, n. 41**)

**32.** A doutrina social hoje especialmente visa o homem, enquanto inserido na complexa rede de relações das sociedades modernas. As ciências humanas e a filosofia servem de ajuda para interpretar a centralidade do homem dentro da sociedade, e para o capacitarem a uma melhor compreensão de si mesmo, enquanto “ser social”. Todavia somente a fé lhe revela plenamente a sua verdadeira identidade, e é dela precisamente que parte a doutrina social da Igreja. (**Centesimus Annus, n. 54**)

## **V. E VANGELIZAÇÃO E DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

**33.** A “nova evangelização”, da qual o mundo moderno tem urgente necessidade, e sobre a qual várias vezes insisti, deve incluir entre as suas componentes essenciais o anúncio da doutrina social da Igreja, tão idônea hoje como no tempo de Leão XIII para indicar o reto caminho de resposta aos grandes desafios da idade contemporânea, enquanto cresce o descrédito das ideologias. Como então, é preciso repetir que não existe verdadeira solução para a “questão social” fora do Evangelho e que, por outro lado, as “coisas novas” podem encontrar neste o seu espaço de verdade e a devida avaliação moral. (**Centesimus Annus, n. 5**)

**34.** O que deve contar aqui, como nos demais setores da vida cristã—é a confiança que provém da fé, ou seja, a certeza de não sermos nós os protagonistas da missão, mas Jesus Cristo e o Seu Espírito. Somos apenas colaboradores e, depois de termos feito tudo o que estava ao nosso alcance, devemos dizer: “Somos servos inúteis, só fizemos o que devíamos fazer”(Lc 17, 10). (**Redemptoris Missio, n. 36**)

**35.** Desejo agora propor uma “releitura” da Encíclica leonina, convidando a “olhar para trás”, ao próprio texto, para descobrir de novo a riqueza dos princípios fundamentais, nela formulados, sobre a solução da questão operária (...). Procedendo deste modo, será confirmado não só o valor permanente do seu ensinamento, mas manifestar-se-á também o verdadeiro sentido da Tradição da Igreja, que, sempre viva e vivificante, constrói sobre o fundamento posto pelos nossos pais na fé e, designadamente, sobre o que “os Apóstolos transmitiram à Igreja”(S. Ireneu, **Adversus Haereses, I, 10**) em nome de Jesus Cristo, o fundamento “que ninguém pode substituir”(1 Cor 3, 11). (**Centesimus Annus, n. 3**)

**36.** É porque a apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa: é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, esta mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. (**Evangelii Nuntiandi, n. 5**)

**37.** Somos enviados: estar ao serviço da vida não é para nós um título de glória, mas um dever que nasce da consciência de sermos “o povo adquirido por Deus para proclamar as suas obras maravilhosas”(cf. 1 Pd 2, 9). No nosso caminho, guia-nos e anima-nos a lei do amor: um amor, cuja fonte e modelo é o Filho de Deus feito homem que “pela sua morte deu a vida ao mundo”(cf. Missal Romano, **Oração do celebrante antes da**

comunhão). Somos enviados como povo. O compromisso de servir a vida incumbe sobre todos e cada um. É uma responsabilidade tipicamente “eclesial”, que exige a ação concertada e generosa de todos os membros e estruturas da comunidade cristã. Mas a sua característica de dever comunitário não elimina nem diminui a responsabilidade de cada pessoa, a quem é dirigido o mandamento do Senhor de “fazer-se próximo” de todo o homem: “Vai e faz tu também do mesmo modo”(Lc 10, 37). (Evangelium Vitae, n. 79)

38. Todos juntos sentimos o dever de anunciar o Evangelho da vida, de o celebrar na liturgia e na existência inteira, de o servir com as diversas iniciativas e estruturas de apoio e promoção. (Evangelium Vitae, n. 79)

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

1. Catecismo da Igreja Católica
2. Compêndio da Doutrina Social da Igreja - a ação pastoral no âmbito social - cap. XII -3ª parte
3. Bíblia Sagrada - A Caminhada para a libertação do Povo de Israel e os Evangelhos - A prática de Jesus
4. Concílio Vaticano II - Lumen Gentium (LG); Gaudium et Spes (GS); AD Gentes (AD) - a atividade missionária da Igreja

### **COMPÊNDIO DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

#### **ÍNDICE GERAL**

#### **INTRODUÇÃO**

#### **UM HUMANISMO INTEGRAL E SOLIDÁRIO**

- a) [No alvorecer do terceiro milênio](#)
- b) [O significado do documento](#)
- c) [Ao serviço da plena verdade sobre o homem](#)
- d) [Sob o signo da solidariedade, do respeito e do amor](#)

#### **PRIMEIRA PARTE**

### **CAPÍTULO I: O DESÍGNIO DE AMOR DE DEUS A TODA A HUMANIDADE**

#### **I. O AGIR LIBERTADOR DE DEUS NA HISTÓRIA DE ISRAEL**

- a) [A proximidade gratuita de Deus](#)
- b) [Princípio da criação e agir gratuito de Deus](#)

#### **II. JESUS CRISTO CUMPRIMENTO DO DESÍGNIO DE AMOR DO PAI**

- a) [Em Jesus Cristo cumpre-se o evento decisivo da história de Deus com os homens](#)

- b) A revelação do Amor Trinitário

### **III. A PESSOA HUMANA NO DESÍGNIO DE AMOR DE DEUS**

- a) O Amor trinitário, origem e meta da pessoa humana
- b) A salvação cristã: para todos os homens e do homem todo
- c) O discípulo de Cristo qual nova criatura
- d) Transcendência da salvação e autonomia das realidades terrestres

### **IV. DESÍGNIO DE DEUS E MISSÃO DA IGREJA**

- a) A Igreja, sinal e tutela da transcendência da pessoa humana
- b) Igreja, Reino de Deus e renovação das relações sociais
- c) Novos céus e nova terra
- d) Maria e o Seu «fiat» ao desígnio de amor de Deus

## **CAPÍTULO II: MISSÃO DA IGREJA E DOCTRINA SOCIAL**

### **I. EVANGELIZAÇÃO E DOCTRINA SOCIAL**

- a) A Igreja, morada de Deus com os homens
- b) Fecundar e fermentar com o Evangelho a sociedade
- c) Doctrina social, evangelização e promoção humana
- d) Direito e dever da Igreja

### **II. A NATUREZA DA DOCTRINA SOCIAL**

- a) Um saber iluminado pela fé
- b) Em diálogo cordial com todo o saber
- c) Expressão do ministério de ensinamento da Igreja
- d) Por uma sociedade reconciliada na justiça e no amor
- e) Uma mensagem para os filhos da Igreja e para a humanidade
- f) No signo da continuidade e da renovação

### **III. A DOCTRINA SOCIAL DO NOSSO TEMPO: ACENOS HISTÓRICOS**

- a) O início de um novo caminho
- b) Da «Rerum novarum» aos nossos dias
- c) À luz e sob o impulso do Evangelho

## **CAPÍTULO III: A PESSOA E OS SEUS DIREITOS**

### **I. DOCTRINA SOCIAL E PRINCÍPIO PERSONALISTA**

### **II. A PESSOA HUMANA «IMAGO DEI»**

- a) Criatura à imagem de Deus
- b) O drama do pecado
- c) Universalidade do pecado e universalidade da salvação

### **III. A PESSOA HUMANA E OS SEUS VÁRIOS PERFIS**

#### **A) A UNIDADE DA PESSOA**

#### **B) ABERTURA À TRANSCENDÊNCIA E UNICIDADE DA PESSOA**

- a) Aberta à transcendência
- b) Única e irrepetível
- c) O respeito da dignidade humana

#### **C) A LIBERDADE DA PESSOA**

- a) Valor e limites da liberdade
- b) O vínculo da liberdade com a verdade e a lei natural

#### **D) A IGUALDADE EM DIGNIDADE DE TODAS AS PESSOAS**

#### **E) SOCIABILIDADE HUMANA**

### **III. OS DIREITOS HUMANOS**

- a) O valor dos direitos humanos
- b) A especificação dos direitos
- c) Direitos e deveres
- d) Direitos dos povos e das nações
- e) Colmatar a distância entre letra e espírito

## **CAPÍTULO IV: OS PRINCÍPIOS DA DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA**

### **I. SIGNIFICADO E UNIDADE DOS PRINCÍPIOS**

#### **II. O PRINCÍPIO DO BEM COMUM**

- a) Significado e principais implicações
- b) A responsabilidade de todos pelo bem comum
- c) As tarefas da comunidade política

#### **III. A DESTINAÇÃO UNIVERSAL DOS BENS**

- a) Origem e significado
- b) Destinação universal dos bens e propriedade privada
- c) Destinação universal dos bens e opção preferencial pelos pobres

#### **IV. O PRINCÍPIO DE SUBSIDIARIEDADE**

- a) Origem e significado

- b) Indicações concretas

## **V. A PARTICIPAÇÃO**

- a) Significado e valor
- b) Participação e democracia

## **VI. O PRINCÍPIO DE SOLIDARIEDADE**

- a) Significado e valor
- b) A solidariedade como princípio social e como virtude moral
- c) Solidariedade e crescimento comum dos homens
- d) A solidariedade na vida e na mensagem de Jesus Cristo

## **VII. OS VALORES FUNDAMENTAIS DA VIDA SOCIAL**

- a) Relação entre princípios e valores
- b) A verdade
- c) A liberdade
- d) A justiça

## **VIII. A VIA DA CARIDADE**

### SEGUNDA PARTE

## **CAPÍTULO V: A FAMÍLIA**

### CÉLULA VITAL DA SOCIEDADE

## **I. A FAMÍLIA PRIMEIRA SOCIEDADE NATURAL**

- a) A importância da família para a pessoa
- b) A importância da família para a sociedade

## **II. O MATRIMÔNIO FUNDAMENTO DA FAMÍLIA**

- a) O valor do matrimônio
- b) O sacramento do matrimônio

## **III. A SUBJETIVIDADE SOCIAL DA FAMÍLIA**

- a) O amor e a formação de uma comunidade de pessoas
- b) A família é o santuário da vida
- c) A tarefa educativa
- d) A dignidade e os direitos das crianças

## **IV. A FAMÍLIA PROTAGONISTA DA VIDA SOCIAL**

- a) Solidariedade familiar
- b) Família, vida econômica e trabalho

## **CAPÍTULO VI: O TRABALHO HUMANO**

### **I. ASPECTOS BÍBLICOS**

- a) A tarefa de submeter a terra
- b) Jesus homem do trabalho
- c) O dever de trabalhar

### **II. O VALOR PROFÉTICO DA «RERUM NOVARUM»**

### **III. A DIGNIDADE DO TRABALHO**

- a) A dimensão subjetiva e objetiva do trabalho
- b) As relações entre trabalho e capital
- c) O trabalho, título de participação
- d) Relação entre trabalho e propriedade privada
- e) O repouso festivo

### **IV. O DIREITO AO TRABALHO**

- a) O trabalho é necessário
- b) O papel do Estado e da sociedade civil na promoção do direito ao trabalho
- c) A família e o direito ao trabalho
- d) As mulheres e o direito ao trabalho
- e) Trabalho infantil
- f) A emigração e o trabalho
- g) O mundo agrícola e o direito ao trabalho

### **V. DIREITOS DOS TRABALHADORES**

- a) Dignidade dos trabalhadores e respeito dos seus direitos
- b) O direito à remuneração equitativa e distribuição da renda
- d) O direito de greve

### **VI. SOLIDARIEDADE ENTRE OS TRABALHADORES**

- a) A importância dos sindicatos
- b) Novas formas de solidariedade

### **VII. AS «RES NOVAE» DO NOVO MUNDO DO TRABALHO**

- a) Uma fase de transição epocal
- b) Doutrina social e «res novae»

## **CAPÍTULO VII: A VIDA ECONÔMICA**

### **I. ASPECTOS BÍBLICOS**

- a) O homem, pobreza e riqueza

- b) [As riquezas existem para ser partilhadas](#)

## **II. [MORAL E ECONOMIA](#)**

### **III. INICIATIVA PRIVADA E EMPRESA**

- a) [A empresa e seus fins](#)
- b) [O papel do empresário e do dirigente de empresa](#)

### **IV. INSTITUIÇÕES ECONÔMICAS AO SERVIÇO DO HOMEM**

- a) [O papel do mercado livre](#)
- b) [A ação do Estado](#)
- c) [O papel dos corpos intermediários](#)
- d) [Poupança e consumo](#)

### **V. AS «RES NOVAE» EM ECONOMIA**

- a) [A globalização: as oportunidades e os riscos](#)
- b) [O sistema financeiro internacional](#)
- c) [O papel da comunidade internacional na época da economia global](#)
- d) [Um desenvolvimento integral e solidário](#)
- e) [A necessidade de uma grande obra educativa e cultural](#)

## **CAPÍTULO VIII: [A COMUNIDADE POLÍTICA](#)**

### **I. ASPECTOS BÍBLICOS**

- a) [O senhorio de Deus](#)
- b) [Jesus e a autoridade política](#)
- c) [As primeiras comunidades cristãs](#)

### **II. O FUNDAMENTO E O FIM DA COMUNIDADE POLÍTICA**

- a) [Comunidade política, pessoa humana e povo](#)
- b) [Tutelar e promover os direitos humanos](#)
- c) [A convivência baseada na amizade civil](#)

### **III. A AUTORIDADE POLÍTICA**

- a) [O fundamento da autoridade política](#)
- b) [A autoridade como força moral](#)
- c) [O direito à objeção de consciência](#)
- d) [O direito de resistir](#)
- e) [Infligir as penas](#)

### **IV. O SISTEMA DA BUROCRACIA**

- a) [Os valores e a democracia](#)

- b) [Instituições e democracia](#)
- c) [Os componentes morais da representação política](#)
- d) [Instrumentos de participação política](#)
- e) [Informação e democracia](#)

## **V. A COMUNIDADE POLÍTICA A SERVIÇO DA COMUNIDADE CIVIL**

- a) [O valor da comunidade civil](#)
- b) [O primado da comunidade civil](#)
- c) [A aplicação do princípio de subsidiariedade](#)

## **VI. O ESTADO E AS COMUNIDADES RELIGIOSAS**

### **A) [A LIBERDADE RELIGIOSA, UM DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL](#)**

### **B) [IGREJA CATÓLICA E COMUNIDADE POLÍTICA](#)**

- a) [Autonomia e independência](#)
- b) [Colaboração](#)

## **CAPÍTULO IX: [A COMUNIDADE INTERNACIONAL](#)**

### **I. ASPECTOS BÍBLICOS**

- a) [A unidade da família humana](#)
- b) [Jesus Cristo protótipo e fundamento da nova humanidade](#)
- c) [A vocação universal do cristianismo](#)

### **II. AS REGRAS FUNDAMENTAIS DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

- a) [Comunidade internacional e valores](#)
- b) [Relações fundadas na harmonia entre ordem jurídica e ordem moral](#)

### **III. A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL**

- a) [O valor das Organizações Internacionais](#)
- b) [A personalidade jurídica da Santa Sé](#)

### **IV. A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO**

- a) [Colaboração para garantir o direito ao desenvolvimento](#)
- b) [Luta contra a pobreza](#)
- c) [A dívida externa](#)

## **CAPÍTULO X: [SALVAGUARDAR O AMBIENTE](#)**

### **I. [ASPECTOS BÍBLICOS](#)**

### **II. [O HOMEM E O UNIVERSO DAS COISAS](#)**

### **III. A CRISE NA RELAÇÃO HOMEM-AMBIENTE**

#### **IV. UMA RESPONSABILIDADE COMUM**

- a) O ambiente, um bem coletivo
- b) O uso das biotecnologias
- c) Ambiente e partilha dos bens
- d) Novos estilos de vida

### **CAPÍTULO XI: A PROMOÇÃO DA PAZ**

#### **I. ASPECTOS BÍBLICOS**

#### **II. A PAZ: FRUTO DA JUSTIÇA E DA CARIDADE**

#### **III. O FALIMENTO DA PAZ: GUERRA**

- a) A legítima defesa
- b) Defender a paz
- c) O dever de proteger os inocentes
- d) Medidas contra quem ameaça a paz
- e) O desarmamento
- f) A condenação ao terrorismo

#### **IV. O CONTRIBUTO DA IGREJA PARA A PAZ**

### **TERCEIRA PARTE**

### **CAPÍTULO XII: DOCTRINA SOCIAL E AÇÃO ECLESIAL**

#### **I. A AÇÃO PASTORAL NO ÂMBITO SOCIAL**

- a) Doutrina social e inculturação da fé
- b) Doutrina social e pastoral social
- c) Doutrina social e formação
- d) Promover o diálogo
- e) Os sujeitos da pastoral social

#### **II. DOCTRINA SOCIAL E COMPROMISSO DOS CRISTÃOS LEIGOS**

- a) O cristão leigo
- b) A espiritualidade do cristão leigo
- c) Agir com prudência
- d) Doutrina social e experiência associativa
- e) O serviço nos diversos âmbitos da vida social

1. O serviço à pessoa humana

2. O serviço à cultura
3. O serviço à economia
4. O serviço à política

### CONCLUSÃO

#### **POR UMA CIVILIZAÇÃO DO AMOR**

- a) A ajuda da Igreja ao homem contemporâneo
- b) Tornar a partir da fé em Cristo
- c) Uma firme esperança
- d) Construir a «civilização do amor»